

LÍNGUA BRASEIRA DE SINAIS: uma reflexão sobre a integração e inclusão do aluno surdo na escola pública

Valdice Laurinda Nunes

Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Nordeste da Bahia – FANE (2017). Especialização em Libras pela Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA. Professora da rede pública de ensino do município de Pedro Alexandre – BA. E-mail: valdicelnunes@hotmail.com

Willian Lima Santos

Graduado em Pedagogia pela Faculdade do Nordeste da Bahia – FANE (2015). Aperfeiçoamento em Cultura e História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Sergipe – UFS (2016). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI (2017). Membro do grupo de pesquisa Educação e Contemporaneidade – EDUCON. E-mail: willianjere@hotmail.com

Svetlana da Silva Ribeiro Chaves

Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, Portugal (2010). Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes – FNSL (2009). Doutoranda em Ciências da Educação ULHT. Coordenadora Pedagógica e Chefe do Ensino Fundamental do Departamento de Educação da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. E-mail: svetlanachaves@hotmail.com

RESUMO

O ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras nos cursos de formação de professores tem se constituído de uma ferramenta eficaz para a interação e comunicação com os surdos dentro e fora do ambiente escolar. Este artigo tem como objetivo principal refletir sobre a forma como a Libras possibilita o processo de inclusão e integração de alunos surdos nas escolas da rede pública de ensino. Para tal, adotou-se como metodologia inicial de pesquisa uma revisão de literatura com autores que contextualizam a inserção da Libras no contexto escolar e os desafios para a inclusão. No decorrer do trabalho sentiu-se a necessidade de realizar algumas entrevistas com professores que atuam em escolas públicas do município de Pedro Alexandre - BA. Através das análises bibliográficas e dos resultados apurados nas entrevistas, foi possível constatar que apesar da Libras ser utilizada dentro do espaço escolar como uma ferramenta de comunicação entre professor-aluno, alunos-surdos com os ouvintes, a interação existente entre os sujeitos que participam do ambiente escolar ainda não ocorre de forma significativa, logo, os alunos portadores de surdez integram o espaço escolar, mas não participam ativamente da construção do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Libras. Inclusão. Alunos surdos. Escolas públicas.

ABSTRACT

The teaching of Brazilian Sign Language – LIBRAS during the formation of teachers has been consisted of an efficient tool for the interaction and commu-

nication with deaf people inside and outside of the school environment. This article aims to reflect about the way how LIBRAS makes possible the process of inclusion and integration of deaf students in public system schools. To do so, we used a literary review as methodology, researching authors that contextualize the insertion of LIBRAS in school context and the challenges faced to achieve that. Throughout this work, it was necessary to conduct some interviews with teachers that work in public schools in the city of Pedro Alexandre, Bahia state. Through bibliographical analysis and the results obtained from the interviews, it was possible to notice that even though LIBRAS is being used inside schools as a communication tool between teacher and student and among deaf and non-deaf students, the interaction between these subjects still doesn't occur significantly, therefore, deaf students are integrated to the school environment, but they don't participate actively in the teaching and learning process.

Keywords: LIBRAS. Inclusion. Deaf students. Public schools.

INTRODUÇÃO

Em plena educação contemporânea, num momento em que a comunicação é desenfreadamente o veículo que mais movimenta a sociedade, em todos os aspectos, seja político, cultural, ou econômico; a Língua Brasileira de Sinais, denominada de Libras, conquista lugar de destaque no meio social. Logo, os surdos passaram a conhecer e exigir cada vez mais seus direitos de cidadania, através da inserção Libras nos cursos superiores em faculdades, universidades, cursinhos básicos presenciais e online, fundamentados nos aspectos legais, essa classe passa a usufruir normalmente das vivências sociais, inclusive compondo o mercado de trabalho.

A escolha dessa temática deve-se a sua extrema relevância para o processo de inclusão dos alunos surdos diante do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, o simples fato de integrá-los no ambiente escolar não significa que eles estão sendo inclusos as práticas educativas decorrentes da interação entre todos os sujeitos que fazem parte do contexto escolar. Justifica-se também por se tratar um tema não muito abordado nos debates educacionais contemporâneos, mesmo com as exigências do meio social para a interação entre surdos e ouvintes, dessa forma a Libras acaba se tornando um discurso mais teórico do que prático.

Este estudo propõe uma reflexão sobre a importância da Libras para a inclusão e integração dos surdos na educação básica em escolas da rede pública de ensino, trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Como metodologia inicial de pesquisa, fez-se necessário um levantamento bibliográfico com autores que contextualizam a inserção da Língua Brasileira de Sinais no ambiente escolar. A partir da coleta bibliográfica, sentiu-se a necessidade de ir a campo, e analisar na prática como é desenvolvido o trabalho pedagógico numa classe regular com educandos surdos. A pesquisa de campo foi realizada no Povoado Malhada Nova, município de Pedro Alexandre - BA, onde foram executadas entrevistas com dois professores de escolas distintas, sendo elas Escola Municipal Heráclito de Carvalho e Escola Municipal Ubiratan Carvalho, ambas localizadas no referido distrito.

Os questionamentos que nortearam este trabalho de pesquisa foram os seguintes: Como os professores de educação básica fazem para promover interação entre os alunos surdos e ouvintes dentro da sala de aula? Como é organizado o trabalho pedagógico voltado para o processo de ensino-aprendizagem numa classe escolar onde há alunos surdos? De que forma os profissionais da educação que atuam em escolas publicas percebem o processo de inclusão dentro do ambiente acadêmico? O processo de ensino-aprendizagem é concretizado de forma significativa? Quais são as principais dificuldades a serem enfrentadas pelos professores?

O referencial teórico está pautado nas ideias de Mendes et.al (2015) que trata da inclusão dos alunos surdos no ensino regular; Marqueti (2013) que em sua monografia aborda a questão da inclusão do deficiente auditivo na Educação infantil, centrado na atuação e na figura do professor. Lacerda (2006) que em sua obra apresenta a opinião dos alunos-surdos, dos professores e interpretes sobre o processo de inclusão. Palma (2002) que ressalta o uso de instrumentos e estratégias junto à Libras para a inserção e inclusão do aluno surdo no espaço escolar, dentre outros autores que serão citados no decorrer da pesquisa, assim como as análises referentes a legislação vigente no país.

Através dessa pesquisa almejamos fornecer e contextualizar informações referentes à temática, que possam auxiliar os novos pesquisadores, alunos de licenciaturas, e comunidade em geral, que tenham interesse nessa linha de pesquisa, para que possam perceber como de fato ocorre a inclusão de alunos surdos no ensino regular brasileiro através da Libras.

1 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA PÚBLICA: breve contextualização dos aspectos legais em vigor no país

A integração e inclusão de alunos surdos em escolas públicas, na perspectiva da educação especial, respaldada legalmente pela LDB (9.394/96), pelo próprio Plano Nacional de Educação (PNE), e detalhadamente explícito nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Todos esses documentos que regem a educação em nível nacional são responsáveis por assegurar o direito ao acesso e permanência de alunos especiais nas escolas públicas; promovem programas de preparação e formação docente, para que os professores sejam instruídos quanto à organização do trabalho pedagógico, e assim, realizar atividades em que todos os alunos possam participar ativamente, objetivando igualdade nas oportunidades diante do processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com LDB (9.394/96) em seu Artigo 58 que trata sobre a Educação Especial, define-a como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. Destacando, que o atendimento especializado só será realizado separadamente em caso de impossibilidade de integração dos “alunos especiais” em classes comuns de ensino regular, sendo de total responsabilidade do Estado, a oferta da educação especial.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) orienta os sistemas de ensino a garantir o acesso, a participação, permanência e a aprendizagem dos estudantes, em classes comuns, assim como a promoção de serviços da educação especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Sendo essa a Meta Nº 4 do atual Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos (PNE 2014-2024):

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

As diretrizes Curriculares Nacionais ressalvam que a Educação Especial “como modalidade de ensino transversal” compõe todos os níveis, etapas, e modalidade, garantindo ações de intervenção necessárias para a interação entre os sujeitos participantes do processo educativo, promovendo também a quebra de barreiras físicas, de comunicação e de informação que possam restringir a aprendizagem ou a participação ativa do educando dentro do espaço escolar, promo-

vendo formas de avaliação que sejam pertinentes as singularidades dos alunos. Para que esses objetivos sejam alcançados, faz-se necessário que às escolas definam estratégias inclusivas de atendimento aos seus educandos, cabendo ao sistema de ensino reforçar e apoiar a implantação de recursos necessários para o andamento das práticas educativas, assim como, investimento na formação continuada dos professores que atuam em todos os segmentos da educação básica.

De acordo com Marqueti (2013, p.10) “a inclusão da criança com deficiência auditiva em sala regular é um tema muito discutido, polêmico e bastante preocupante”, principalmente, partindo do ponto de vista dos professores que não foram instruídos a lidar com esses educandos portadores de surdez.

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. (BRASIL, 1997, p. 31)

O problema central não está na integração, uma vez que, essa está amparada legalmente pela legislação em vigor no país, a preocupação está na inclusão e nos métodos utilizados pelos professores dentro do espaço escolar em turmas regulares da rede pública de ensino. Logo, o amparo legal garante que os educandos surdos frequentem e tenham acesso ao mesmo ambiente escolar, e desfrutem dos mesmos direitos dos alunos ouvintes, mas isso não quer dizer que a interação entre eles aconteça de forma concreta e significativa, ou se participam ativamente das atividades e dinâmicas propostas pelo professor realizadas em grupo na própria sala de aula. Como destaca Mendes et.al (2015, p.33):

A inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos e pensando nesta perspectiva, surgiu o interesse pelo tema.

Lacerda (2006) enfatiza que a inclusão torna-se uma proposta significativamente adequada à comunidade escolar que se mostra apta e disposta ao contato com as diferenças, sendo a escola para essas pessoas um ambiente acolhedor, com condições igualitárias de tratamento. Dentro dessa perspectiva a autora destaca a necessidade de preparação profissional dos educadores através da formação continuada, voltada para o atendimento especializado dos alunos que necessitam da educação especial, em outras palavras, é preciso familiarizar os docentes ao uso da Língua Brasileira de Sinais.

Segundo Damásio (2005, p.61) a “Língua Brasileira de Sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence”. Por isso, a extrema necessidade dos avanços educacionais no que diz respeito ao ensino de Libras nos cursos de formação de professores, para a sua utilização nas escolas que integram o sistema básico de ensino do país.

No Brasil, foi aprovada a Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002 dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais, e em seu paragrafo único do artigo 1º a define como uma forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, sendo um sistema linguístico voltado para a transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades surdas do Brasil. No que tange os aspectos educacionais, em seu artigo 4º a lei trata da inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras no sistema de ensino federal, assim como nos sistemas educacionais estaduais, municipal e do Distrito Federal, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. No entanto, com a aprovação do decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação Sr. Fernando Haddad, que regulamentou a Lei 10.436/2002, a Libras passa a integrar obrigatoriamente o currículo nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições públicas e privadas e como disciplina opcional nos demais cursos de educação superior e na educação profissional.

2 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO: O que dizem os professores da rede pública de ensino do município de Pedro Alexandre - BA?

Nesta etapa do trabalho, encontram-se os resultados da pesquisa de campo entrelaçada numa discussão teórica, a pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública de ensino, Escola Municipal Heráclito de Carvalho e Escola Municipal Ubiratan Carvalho, ambas localizadas no Povoado Malhada Nova, localizada na zona rural do município de Pedro Alexandre - BA, onde foram executadas entrevistas com dois professores que lecionam em turmas que possuem crianças com deficiência auditiva, seus nomes não serão citados ao longo da abordagem com o intuito de preservar-lhes suas identidades, desta forma, utilizaremos as denominações P1 e P2 ao citarmos suas falas e contribuições.

A preocupação na inclusão também está centrada no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, de acordo com Palma (2012, p.05) o problema pode estar no “papel do professor do ensino regular diante do desafio de estabelecer uma comunicação de qualidade com o aluno surdo”. Logo, é preciso considerar que há professores que em suas formações diversas não foram instruídos a Língua Brasileira de Sinais, e casos também em que o professor tem domínio da Libras, mas o seu aluno não.

A primeira visita in loco ocorreu no dia 14 de agosto de 2017, na Escola Municipal Heráclito de Carvalho, num primeiro momento foi realizado uma observação referente à forma como o professor (P1) utiliza estratégias e metodologias de ensino para a integração e interação dos alunos surdos com os demais.

A turma em que o P1 leciona é composta por 25 alunos, sendo 17 do sexo feminino, e 8 do sexo masculino, todos do 5º ano do Ensino Fundamental. Dentre os alunos, há dois meninos com níveis de surdez moderada, ou seja, perda auditiva entre 41 e 55 decibéis (dados fornecidos pela família a escola através de laudo médico).

Durante a observação em sala de aula foi possível notar a preocupação do professor na realização das atividades por parte dos alunos, como a surdez é moderada, eles ouvem com certo grau de dificuldade, por isso, o P1 adotou como estratégia de ensino, sempre copiar as tarefas e os procedimentos de cada trabalho ou exercício de forma detalhada no quadro, fazendo uso da leitura, uma vez que, todos os educandos da turma sabem ler e escrever. Esses dois alunos com surdez moderada, sentam-se juntos aos colegas, a sala é organizada em dois círculos, facilitando a locomoção do professor enquanto faz as explicações dos conteúdos, fazendo uso de entonação em voz alta, para que esses alunos também possam ouvir e interagir nas aulas.

De acordo com Lacerda (2006, p.165) “devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade”. Por isso, há uma extrema necessidade de elaboração de propostas educacionais voltadas para as necessidades dos alunos surdos, almejando o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

No segundo momento, após o término da aula, foi realizada uma breve entrevista com o P1, ao ser questionado sobre as estratégias que utiliza para promover interação entre os alunos surdos

com os ouvintes, ele ressaltou que: “Para que haja interação entre os alunos, as aulas precisam ser dinâmicas, e o professor precisa inovar nas metodologias. Quando os alunos estão felizes dentro da sala de aula, torna-se possível passar por cima de qualquer preconceito, por isso sempre procuro promover atividades que os alunos precisam estar juntos aos colegas, seja jogos, brincadeiras, confecção de cartazes, pinturas. De forma que estudar se torne algo prazeroso, desta forma as diferenças não fazem divergências dentro do ambiente educativo, mas para que isso ocorra também é necessário atividades que promovam reflexão no que diz respeito a inclusão, combate ao bullying”.

Quanto à avaliação, o professor destacou que ela ocorre de forma contínua, apesar de que esses alunos também fazem normalmente “provas e testes de verificação de aprendizagem”, no entanto os resultados não são utilizados para a retenção no final do ano letivo, considerando que a surdez, mesmo sendo moderada pode vir a dificultar a aprendizagem desses educandos. Quanto às dificuldades o P1 afirmou que até o momento não teve grandes obstáculos no que diz respeito a ter dois alunos com níveis de surdez moderada, segundo ele “poderia ter maior dificuldade se esses alunos não falassem e não ouvissem nada, pois eu não tenho domínio da Libras, e a comunicação dentro da sala de aula é a base para que a aprendizagem seja significativa e conseqüentemente a inclusão”.

Nessa perspectiva de comunicação, Palma (2012, p.20) considera a inclusão como:

[...] uma estratégia educativa que exige formas de ação muito seria e, tomando por base o pressuposto de que, para que ocorra a inclusão da pessoa surda, torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismo específicos de comunicação entre professor e aluno, o domínio da Língua Brasileira de Sinais se faz essencial para que uma pessoa ouvinte possa comunicar-se com uma pessoa surda ou, para que o professor possa se comunicar com seu aluno-surdo [...]

A segunda visita in loco foi realizada no dia 15 de agosto de 2017, na Escola Municipal Ubiratã de Carvalho, no primeiro momento foi realizada uma observação na turma para analisar a forma como o professor (P2) utiliza estratégias de ensino que auxiliem na interação do aluno surdo com os demais.

A turma do 4º ano do Ensino Fundamental em que o P2 leciona é composta por 20 alunos, sendo 12 do sexo masculino, e 8 do sexo feminino. Dentre os alunos, apenas um requer atendimento especializado, por se tratar de deficiência “auditiva profunda” acima de 91 decibéis. Durante a

observação, é notável a dificuldade que o professor sente em se comunicar com o aluno, a comunicação é feita através dos sinais gesticulados com a mão. As atividades desenvolvidas para este aluno não são as iguais as que vão ser aplicada aos demais, como ele não fala, e não escuta, e não compreende perfeitamente a escrita, estabelecer comunicação direta torna-se uma tarefa árdua para o professor, que por sua vez, não teve em sua formação a disciplina ou qualquer noção para o uso da Libras.

No segundo momento, após o termino da aula foi realizada uma breve entrevista com o professor (P2), que ao ser questionado sobre as estratégias e metodologias de interação com o aluno surdo, destacou que “não teve formação nenhuma em línguas de sinais, mesmo assim, fica constantemente preocupado com inclusão do aluno surdo na sala de aula, e busca meios de fazer com que este participe dos momentos de construção das atividades, quando pintam, colam cartazes, confeccionam jogos. É preciso fazer com que ele se sinta importante, e se sinta útil”.

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MARTOAN, 2005, p.01)

Quanto aos desafios, o P2 respondeu em entrevista que “ a comunicação com o aluno acontece através de sinais, as vezes, demora um pouco para compreender o que cada jesto significa, sendo que há alguns que já é possível identificar devido a convivência, mas a comunicação ainda é considerada uma barreira a ser superada dentro da sala de aula. Na hora do intervalo não há problemas, já que ele brincar e corre normalmente com as demais crianças, mas na sala de aula temos essa dificuldade, talvez se tanto ele quanto ou soubéssemos a língua brasileira de sinais, o processo de ensino-aprendizagem aconteceria notavelmente”.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, o professor enfatiza que para este aluno a avaliação é feita através de registros das atividades. Ressaltando a importância e necessidade de políticas educacionais que estejam voltadas para a preparação profissional para lidar com crianças surdas, que ainda não fazem uso da Libras. Nessa perceptiva Palma (2012, p.15) “no que se refere à educação de surdos, outros procedimentos além da estruturação das salas multifuncionais e consequentemente do atendimento especializado são necessários”. De acordo com a autora a surdez dificulta a comunicação, uma vez que, vive-se num mundo dominado e movido pela linguagem oral.

É preciso considerar que as expressões “incluir” e “integrar” embora sejam termos que podem ser meramente confundidos pelos professores, possuem denotações diferentes, uma vez que, integrar é estar junto, fazer parte, mas o simples fato de estar junto e não socializar não significa estar incluso. E isso é o que vem acontecendo com frequência nas escolas públicas, uma boa parcela dos professores da educação básica não tem domínio da Libras, ou nunca tiveram contato, e em sua prática docente se deparam com alunos portadores de surdez e turmas, dessa forma a prática de inclusão torna-se uma utopia, como incluir se não há comunicação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas que, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) contribui significativamente para o processo de inclusão do aluno surdo na classe regular de ensino nas escolas públicas, uma vez que, para incluir também se faz necessário interagir, socializar, estar junto, no sentido de pertencer e entender as dinâmicas do grupo. No entanto, incluir o surdo dentro do espaço escolar não tem sido uma tarefa fácil para os professores da educação básica, logo, muitos dos que estão à frente da sala de aula não são familiarizados com o uso da Libras, e conseqüentemente, não conseguem estabelecer uma comunicação ativa e significativa com os alunos, o que prejudica o processo de ensino-aprendizagem, por isso, é importante a preparação do profissional da docência para receber estes alunos surdos no espaço escolar.

Através das análises bibliográficas e em comparação com a pesquisa de campo, foi possível constatar que mesmo com dificuldades na comunicação e interação com os surdos, os professores que atuam em escolas públicas adotam metodologias e estratégias próprias para o andamento do processo de ensino-aprendizagem, e isso ocorre justamente pela ausência de abordagens significativas dentro da própria formação profissional que não os prepararam para lidar com a Libras.

Essa preparação profissional que está em questão precisaria ser percebida para além de uma disciplina ofertada no curso de formação de professores, ou seja, deveria fazer parte do programa de formação continuada oferecida pelas secretárias de educação, em parceria com os estados e municípios. Propondo formar de intervenção capazes de auxiliar e nortear a prática docente em relação a inclusão dos surdos dentro dos espaços escolares, para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma igualitária. Logo, legalmente a integração está garantida, mas a inclusão só será significativamente concretizada se houver interação, socialização, comunica-

ção, o feedback precisa estar explícito, e para isso exige-se uma formação docente que contemple essa necessidade educacional.

A inserção dos surdos nas escolas públicas, precisa acontecer naturalmente da mesma forma como acontece com os alunos ouvintes, entretanto, é preciso que, a própria escola esteja engajada, apta e propícia a conviver com as diferenças, para isso, é necessário a adoção de estratégias e metodologias que sejam capazes de promover a socialização entre todos os sujeitos que integram o ambiente escolar, contribuindo para os avanços no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 14 de agosto de 2017

_____. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** (MEC, 2008). Disponível em <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

_____. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 14 de agosto de 2017

DAMASIO, MF. **Educação escolar de pessoas com surdez: Uma Proposta Inclusiva.** Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cadernos Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 15 de Agosto de 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão promove a justiça.** *Revista Escola*, São Paulo 2005. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>> Acesso em: 12 mar. 2013.

MARQUETI, Adriana Rocha Rodrigues. **A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a atuação do professor.** Trabalho de conclusão de curso

apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium.

Disponível em < <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56027.pdf> > Acesso em 20 de Agosto de 2017.

MENDES, Ana Quelle Silva; et.al. **Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos**. Revista de Iniciação Científica – RIC Cairu. Jun. 2015, Vol 02, n° 02, p. 33-46 , ISSN 2258-1166. Disponível em < http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_INCLUSAO_ALUNOS_SURDOS.pdf > Acesso em 20 de Agosto de 2017.

PALMAS, Naiana de Oliveira. **LIBRAS: instrumento de inclusão escolar do aluno surdo**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Sul Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação. Disponível em < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Naiana-de-Oliveira-Palma.pdf> > Acesso em 20 de Agosto de 2017.